

O maior movimento popular jamais visto na história da Guiana

Guiana, uma colônia francesa

1- Uma economia colonial

Desde sua colonização no século XVII, a estrutura econômica colonial da Guiana Francesa não mudou. Caracteriza-se ainda hoje pelo acúmulo das riquezas do território e por um monopólio comercial. O recurso da Guiana mais explorado pela França é o Centro Espacial da Guiana (CSG), construído nestas terras devido à sua posição geográfica, à ausência de riscos sísmicos ou vulcânicos e à estabilidade política da colônia. Para 2017, o CNES (o grupo estatal que opera o CSG) anunciou uma carteira de encomendas de 5,3 bilhões de euros, representando 140% do PIB da Guiana. No que se refere ao comércio, o monopólio francês é gerido pelos Bekés Martiniqueses (descendentes de colonos e grandes proprietários). Assim, o comércio regional com o Brasil, Suriname ou América Latina em geral é inexistente. Tudo é importado através de contentores diretamente dos portos franceses e tudo passa pelos grupos de distribuição dos Bekés.

2- Um subdesenvolvimento endógeno

Como em todas as colônias, a dominação econômica da metrópole é acompanhada por um subdesenvolvimento endógeno. Este subdesenvolvimento é visível nas estatísticas econômicas, demográficas, sanitárias e educativas. Neste país de 250 000 habitantes, a população duplicou de 20 em 20 anos desde os anos 50. Este crescimento demográfico é o resultado de uma elevada taxa de natalidade, acompanhada de um saldo migratório largamente positivo. A atração da migração tem a ver, acima de tudo, com a condição particular deste país sul-americano que

pertence à União Europeia.

Para acompanhar a evolução demográfica, os investimentos da França precisariam ser maciços, mas não o são. Assim, a taxa de desemprego ultrapassa 20 %; mais de 40 % da população ativa está desempregada; a taxa de pobreza é superior a 60 % (aplicando os limites máximos de referência franceses). No que diz respeito às estatísticas da educação, as coisas não estão melhorando, uma vez que mais de 2 000 crianças dos 6 aos 16 anos não frequentam a escola devido à falta de vagas nas escolas; atualmente, teriam de ser construídas 500 salas de aula primárias, 10 escolas e 5 institutos para absorver os atrasos estruturais.

Do ponto de vista sanitário, a situação é catastrófica: a esperança de vida à nascença é três anos inferior à da França. Um estudo da Agência Regional de Saúde revela que, devido a problemas estruturais, 58% das mortes na Guiana Francesa entre 2005 e 2007 teriam sido evitadas em França. O número de camas por habitante é quase o dobro do da França, e muitas especialidades médicas não se encontram no território, forçando o povo Guayana a viajar para França ou para as Antilhas para tratamento; por último, não existe uma estrutura hospitalar académica do tipo dos hospitais clínicos universitários, o que não permite a transmissão dos conhecimentos médicos necessários e torna o território totalmente dependente de serviços externos.

Em termos de segurança, a Guiana Francesa é o território mais violento dos territórios administrados pela França: a taxa de homicídios per capita é a mais alta (42 homicídios em 2016). No entanto, é também o território com a maior proporção de soldados franceses no mundo, um soldado por cada 117 habitantes. Para além dos militares, existem 950 agentes de polícia e gendarmes espalhados por todo o país. Isto faz da Guiana o território francês mais militarizado.

3. O problema da propriedade do solo e dos povos indígenas

Na Guiana encontramos outros problemas específicos da questão colonial, como o problema da propriedade do solo ou a questão dos povos indígenas. Mais de 90% do território pertence ao Estado francês, o que cria enormes dificuldades para o desenvolvimento econômico ou estrutural. Por exemplo, para construir um instituto de ensino, a transferência de terras do Estado para as autoridades locais tem de ser indefectivelmente processada. Além disso, o Centro Espacial, que ocupa uma área tão grande como a da Ilha da Reunião, nunca pagou um único centavo em impostos municipais. Ao mesmo tempo, por razões constitucionais, os povos indígenas estão em conflito com a recusa categórica da França em reconhecer o direito à propriedade coletiva e devolver-lhes seus territórios, que ocupam há séculos. A isto se somam as inquietantes e maciças ondas de suicídios entre os jovens ameríndios. Estes problemas evidenciam a total incompatibilidade da Guiana Francesa enquanto departamento ultramarino.

Análise da mobilização atual

Ainda é muito cedo para fazer uma análise precisa e totalmente relevante da situação deste movimento, em particular devido às numerosas relações de forças que nele se enfrentam. Em qualquer caso, tentaremos explicar o desenvolvimento do movimento através da apresentação dos seus principais atores.

2- Pacto de futuro

Por ocasião da sua visita em 2013, o presidente francês François Hollande comprometeu-se a estabelecer um “pacto de futuro” com a Guiana Francesa. O objetivo deste pacto era reduzir os atrasos estruturais ao longo de 10 anos, nomeadamente através de um investimento público de 600 milhões de euros. No entanto, após as negociações de dezembro de 2016, o presidente da Coletividade Territorial da Guiana (CTG), Rodolphe Alexandre, recusou-se a assiná-la. Sob pressão dos empregadores locais, o presidente do CTG pediu uma extensão financeira de até 2 bilhões de dólares e a retrocessão de 200

mil hectares de terra.

2) Rodolphe Alexandre, associado a socioprofissionais e empregadores Medef

A visita de Ségolène Royale a 15 de Março foi o ponto de partida da mobilização. A ministra foi recebida por uma demonstração de “socioprofissionais” (empregadores de transporte, entre outros), da CGPME (pequenas e médias empresas) e dos grandes empregadores Medef. Instalaram uma barreira de caminhões na entrada da Coletividade Territorial da Guiana, assim como em frente ao porto comercial onde chegariam caminhões de concreto para a construção da plataforma de lançamento do foguete Ariane 6, contra os interesses dos transportadores locais. Em uma encenação patética, Royale conseguiu desbloquear a situação, chamando seu ex-marido e presidente, François Hollande. Em dois minutos tudo foi resolvido: o governo se comprometeu a desembolsar imediatamente 150 milhões de euros para equilibrar o orçamento do CTG e devolver 200 mil hectares de terras públicas.

3. O transbordamento dos “500 irmãos”

Tudo podia ou devia ter acabado assim, exceto por uma pedra que entrou no seu sapato, uma pedra autointitulada “os 500 irmãos contra o crime”. Este coletivo tinha surgido uma semana antes em resposta a um homicídio num bairro de Cayenne. Caracteriza-se por organizar ações surpresa e seus membros são vestidos de preto e têm seus rostos cobertos de balaclavas. Embora seja extremamente difícil, ainda hoje, dizer quem compõe este grupo, a verdade é que as suas exigências são reacionárias e parcialmente xenófobas. Com efeito, algumas das suas exigências exigem mais polícia, o despejo de ocupantes e a expulsão de migrantes responsáveis por atos violentos. No entanto, desde que o coletivo foi constituído, questionou o papel do Estado francês, que é incapaz de restabelecer a ordem. Isto é retórica nacionalista e reacionária.

Então, este coletivo se convidou para a festa. Bloqueando o acesso aos consulados do Suriname e do Haiti para exigir a expulsão imediata dos cidadãos desses países presos na Guiana, eles entraram no prédio do CTG em meio a um encontro internacional no qual participaram representantes de 25 estados caribenhos, dos EUA e da França, incluindo Ségolène Royal. Pediram ao ministro que tivesse em conta as suas exigências de segurança e retiraram-se. Nessa mesma tarde, Royale terminou sua visita à Guiana e voltou a Paris. Ao mesmo tempo, os agricultores juntaram-se à batalha ocupando a sede da Direção de Agricultura e Florestas de Caiena. Foi um ato oportunista aproveitar o efeito de surpresa do transbordamento dos “500 Irmãos”, por solidariedade com suas exigências reacionárias ou esperando a assinatura oficial do futuro Pacto? Os chefes mantiveram os bloqueios.

Enfim, observemos que, no confronto com a realidade no terreno, os porta-vozes do coletivo dos “500 irmãos” tiveram que mudar seu discurso e suas ações. Quando os bloqueios foram instaurados, atuaram como mediadores junto aos jovens dos bairros populares, que se dedicaram a levantar bloqueios “selvagens” para evitar confrontos com as forças da ordem. Até conseguiram que alguns destes jovens convergissem para os piquetes principais. Além disso, durante a manifestação de 28 de Março e as negociações de 30 de Março, assumiram as funções de um serviço de ordem, interpondo-se entre os manifestantes e as forças repressivas. São provavelmente estas ações e o fato de, até agora, nunca terem recorrido à violência, o que explica a sua grande popularidade.

4. A entrada dos trabalhadores na luta

Aproveitando este clima de desafio, alguns setores de trabalhadores se juntaram à mobilização. Assim, em 20 de Março, os trabalhadores da empresa de electricidade EDF (que está em conflito com a sua gestão local), da ENDEL (que exige a reabertura das negociações salariais) e do Centro Médico-Cirúrgico de Kourou (que luta contra a venda do hospital a

particulares) decidiram bloquear o lançamento do foguete Ariane previsto para o dia seguinte. Uma barricada foi erguida em frente ao Centro Espacial, a população e alguns deputados juntaram-se rapidamente à acção. Os trabalhadores da ENDEL, os únicos competentes para transportar o foguete na sua plataforma, conseguiram, com uma greve em que participaram 80% do pessoal, adiar e finalmente suspender o lançamento. No processo, as negociações foram reabertas e foi obtido um aumento salarial. A partir de 21 de Março, data de lançamento inicial, a cidade de Kourou foi completamente bloqueada, sem que ninguém pudesse entrar ou sair.

5. Motins generalizados: Guiana Bloqueada!

A partir de 21 e 22 de março, os “500 irmãos” convergiram para Kourou. Na reunião extraordinária do conselho de administração do centro sindical UTG (Sindicato dos Trabalhadores da Guayana), na tarde de 22 de Março, foi decidido apoiar o movimento, com um primeiro dia de mobilização previsto para 24 de Março. A UTG para a educação decidiu convocar uma greve a 27 de Março. No entanto, durante a noite tudo se acelerou: o coordenador de Kourou, ao lado dos “500 irmãos” e dos socioprofissionais, decidiu bloquear o país. Na manhã do dia 23, todas as estradas principais estavam completamente bloqueadas. Barreiras também foram erguidas em frente à sede do governo e na estrada que conduz ao aeroporto. O gabinete do reitor rapidamente anunciou o encerramento de todas as escolas por razões de segurança, e a partir do dia seguinte, estudantes e professores sindicalistas também ergueram uma barricada em frente ao gabinete do reitor.

6. O papel da Rádio Pèyi como vetor de mobilização

Desde que as barricadas foram formadas, a Radio Pèyi (do grupo RTL) tornou-se a porta-voz da mobilização. Interrompeu todos os seus programas e transmitiu notícias sobre o movimento social 24 horas por dia. Seus correspondentes foram a todas as barricadas, de onde relataram viver a evolução da situação.

Todos os ouvintes que queriam poder usar da palavra a qualquer momento. A estação convidava a falar com personalidades políticas, especialmente independentistas, por vezes durante várias horas sem parar. A Radio Pèyi tornou-se “Radio Barricada” e permitiu que toda a população participasse do movimento. Além disso, milhares de pessoas anônimas vieram às barricadas para passar o dia, a tarde e até mesmo a noite. A partir de 24 de Março, as barreiras Suzini e Crique Fouillé reunirão cerca de 4 000 pessoas à tarde.

7. A marcha dos representantes eleitos

No dia 24 de Março, todos os representantes eleitos da Guiana se reuniram para marchar juntos, atrás da bandeira da Guiana, desde o centro de Kourou até ao acesso ao Centro Espacial. Nos territórios ultramarinos, os representantes eleitos recebem frequentemente o papel de mediadores entre o Estado francês e a população. Este é, naturalmente, o papel inteiramente assumido pelos parlamentares (dois deputados e dois senadores) que tentaram, em vão, fazer com que o coletivo Pou Lagwiyan Dékolé (Por uma Guiana que descola) e a delegação interministerial iniciassem negociações. A marcha dos representantes eleitos com a faixa tricolor e com a bandeira da Guiana como bandeira foi um momento simbólico extremamente forte. De fato, esta bandeira não hasteia na fachada de quase nenhuma câmara municipal, nem a do CTG. Além disso, não esqueçamos que este movimento nasceu, muito relutantemente, graças ao presidente regional, que mobilizou seu apoio político para tentar sair pela grande porta exigindo a renegociação de um Pacto Futuro melhorado.

8. A entrada em cena da UTG e a greve geral

No dia 25 de março, na reunião do Conselho Nacional da UTG, 37 sindicatos presentes votaram para convocar uma greve geral ilimitada a partir de 27 de março. A mobilização embarca assim em uma nova etapa, apesar de que os bloqueios econômicos não seriam necessariamente maiores que os já existentes

(praticamente toda a economia estava paralisada desde 24 de março). A correlação interna de forças no movimento mudou de sinal e as demandas sociais vieram à tona em detrimento das demandas de segurança. No entanto, o centro sindical histórico da Guiana tem vindo a sofrer uma crise interna há vários anos e hoje é difícil saber quais são as verdadeiras possibilidades de bloquear a economia.

9. A constituição do Pou Lagwiyann Dékolé e a agregação das demandas populares

De 22 a 23 de março, o desafio foi unir todos os descontentamentos em uma plataforma comum de demandas. No dia 23 teve início um intenso trabalho de negociação com uma primeira reunião de coordenação. Assim, 19 coletivos, o centro sindical e as organizações profissionais se reuniram na comissão Pou Lagwiyann Dékolé. Eles concordaram em sete demandas: educação, saúde, insegurança, propriedade da terra, energia, economia e povos indígenas. Em quatro dias, um primeiro conjunto de demandas foi elaborado em consulta com todas as partes envolvidas. Ao mesmo tempo, surgiram numerosas demandas populares e outros coletivos foram formados, que se juntaram ao comitê. Em 28 de março, 39 coletivos, sindicatos e organizações profissionais formaram o Pou Lagwiyann Dékolé. O descontentamento popular é tal que é difícil fechar o caderno das queixas antes da chegada dos ministros em 29 de Março.

10. Delegação interministerial e recusa de negociação

A reação do Estado francês estava de acordo com a experiência colonial da França. A 25 de Março, uma delegação interministerial chegou à Guiana Francesa, composta por altos funcionários (prefeito, general, etc.) que tinham servido no território. Pou Lagwiyann Dékolé formulou uma posição comum numa reunião realizada na noite de 24-25: não haverá reunião com esta delegação fora do comitê e, uma vez que a delegação não inclui nenhum ministro, o comitê não se reunirá com ela. Esta posição radical sobreviveu a uma intensa sabotagem por

parte da delegação interministerial.

Ninguém, exceto uma união agrária, se reunirá oficialmente com a delegação. Os ministros, por sua vez, lançarão uma campanha de desinformação e desprezo pelo movimento e, inicialmente, descartaram todas as negociações na Guiana e exigiram o desmantelamento das barricadas. Os meios de comunicação social franceses descrevem o movimento como violento, a fim de dissociar a população. No entanto, desde o início da mobilização houve uma incrível calma em seu entorno; só vale a pena observar o ataque de gás lacrimogêneo contra os representantes eleitos junto à barricada da CSG, no início da mobilização, e deplorando a queima de vários contêineres de lixo na primeira noite do bloqueio.

11. A marcha de 28 de março e a unidade de um país

A grande marcha organizada no dia 28 de março serviu para testar o grau de apoio do movimento. A mobilização popular foi excepcional, como reconhecido pela prefeitura, que a chamou de “as maiores manifestações já realizadas no território”. Mais de 20 000 pessoas reuniram-se em Cayenne e 5 000 em Saint-Laurent-du-Maroni; o aspecto mais marcante desta mobilização foi a presença de todas as comunidades culturais da Guiana, que se manifestaram lado a lado pela primeira vez. Atrás dos ameríndios que marcham na liderança, centenas de bandeiras de Guiana acompanhadas por outras brasileiras, haitianas, dominicanas...

Um apresentador da Radio Péyi disse, com razão, que no dia 28 de Março “nasceu uma nação”. Esta mobilização terminou num único golpe com todos os terríveis preconceitos que cada um tinha para com os outros. Também os “500 irmãos” tiveram que moderar seu discurso, anunciando agora que “somos todos guayaneses: brasileiros, haitianos, surinameses, guyaneses...” /1. O outro traço distintivo dessa mobilização é a incrível determinação que a animou. Não houve um instante sem slogans como “Nou gon ke sa sa” (não podemos mais), “Lagwiyan lévé”

(Guiana se levanta) e discursos foram feitos durante horas na frente da prefeitura.

12. A chegada dos ministros e as tentativas de dividir o movimento

Na sequência da manifestação, o Primeiro-Ministro francês, Bernard Cazeneuve, anunciou que os Ministros do Ultramar e do Interior seriam enviados para a Guiana Francesa no dia seguinte, 29 de Março. A incrível mobilização popular forçou o governo a agir rapidamente para tentar salvar a situação. O envio de ministros foi acompanhado de promessas de investimento de até 4 mil milhões de euros em menos de dez anos. No início das negociações, em 30 de Março, a pressão da comissão foi intensa. Assim, graças à mobilização da população em frente da prefeitura, Pou Lagwiyan Dékolé conseguiu que a mídia participasse da primeira meia hora de negociações. Pouco depois, o ministro do Ultramar, que desde o início do movimento tinha desprezado particularmente o povo guayana, saiu à varanda da prefeitura para se desculpar publicamente com a população reunida em frente ao prédio.

As próximas 48 horas serão decisivas para o movimento. Os socioprofissionais e os patrões, que, com pesar, participam num movimento que os oprime por completo, tentarão retirá-lo o mais rapidamente possível. De fato, já anunciaram que, se as suas exigências fossem satisfeitas, desmantelariam as barricadas.

Hoje, 31 de março, o coletivo conseguiu colocar representantes políticos eleitos fora do tabuleiro de jogo. Assim, na sequência de uma reunião entre Pou Lagwiyan Dékolé e os eleitos, foi decidido que estes últimos não assinarão qualquer pacto com o Estado que não tenha assinado o colectivo. Além disso, foi referido que participarão nas negociações como peritos e não como negociadores. Finalmente, o coletivo acaba de anunciar que qualquer acordo com o governo deve ser aprovado pela população antes de ser assinado. O movimento

passa assim a uma segunda fase, caracterizada pela auto-organização e por uma verdadeira desconfiança em relação aos eleitos.

Perspectivas do movimento

Para um militante revolucionário, a principal preocupação deve ser manter o movimento vivo além da saída dos ministros. De fato, se o movimento sobreviver à sua visita, então outras questões surgirão. Uma vez que o Estado francês se encontra atualmente num período eleitoral, o fracasso das negociações significaria que o próximo governo teria de resolver a questão da Guiana. No entanto, esta ausência de um interlocutor abrirá “o leque de possibilidades” e colocará a questão do estatuto da Guiana no centro do problema.

Tendo isto em mente, três aspectos terão de ser desenvolvidos:

- Reforçar a auto-organização de barricadas e piquetes de greve. As barreiras devem deixar de depender dos camiões dos transportadores que bloqueiam o tráfego. É necessário criar comitês para organizar as barreiras em todo o lado e pensar em soluções alternativas (bloquear o tráfego com veículos, por exemplo).
- Organizar o controle democrático da greve. As negociações devem estar sujeitas ao controle popular. As assembleias gerais devem ser organizadas em torno de cada piquete, que decidem sobre a renovação do movimento. Para facilitar esta tarefa, cada empresa em luta poderia assumir uma barreira para organizar esta vida democrática. Graças aos seus meios técnicos, a Radio Pèyi pode servir de coordenadora para que todas as decisões tomadas possam convergir.
- Destacar a realidade da luta de classes e neutralizar os patrões. É praticamente impossível para os empresários continuar com esta mobilização e temos de nos preparar agora para a sua retirada. Nesse aspecto também podemos pensar em ações como, por exemplo, o bloqueio de empresas que tentam

abandonar a mobilização. Esta tentativa de retirada dos patrões deve ser também a ocasião para mostrar a realidade da luta de classes e o choque entre seus respectivos interesses.

Devemos insistir em reivindicações que são incompatíveis com o estatuto de Departamento Ultramarino (DOM), tais como a questão da propriedade da terra e a dos povos indígenas, ou devemos dar prioridade aos problemas mais políticos da governação institucional ou da democracia local? Este é o tema do debate entre os militantes revolucionários envolvidos no movimento.

Original: [Inprecor](#)